

Relatório Alfa – Jornalismo online

por Aldo Novak

Editor do Relatório Alfa

Ameaça Biológica

Transgênicos e irresponsabilidade política

EMBRAPA ADMITE QUE NÃO ANALISOU RISCOS DE BIOSSEGURANÇA DOS TRANSGÊNICOS -- POR ESCRITO.

A **Embrapa**, instituição que deveria cuidar para não colocar em risco a saúde dos brasileiros, admitiu *por escrito* que precisa ainda analisar os "**eventuais riscos que os transgênicos possam oferecer aos consumidores**", provando que há um movimento estranho e irresponsável por parte de membros deste órgão para liberar os transgênicos, custe o que custar.

Enquanto o Presidente Lula não se decide sobre a questão-chave do Projeto de Lei que o governo enviará ao Congresso Nacional em breve -- se a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança / Min. de Ciência e Tecnologia) terá poder deliberativo, com autoridade inclusive para dispensar produtos transgênicos de estudos de impacto ambiental e avaliações de riscos à saúde por previamente considerá-los seguros, ou se, ao contrário (e como manda a lei hoje), será apenas consultiva -- a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, vinculada ao Min. da Agricultura) finalmente assume uma posição pública de importância tremenda, por evidenciar o quão incipientes são os conhecimentos acerca dos possíveis (ou já constatados) impactos negativos dos transgênicos.

Em comunicado público divulgado recentemente intitulado "*A Embrapa e os transgênicos*", a empresa informa que, ao mesmo tempo em que realiza pesquisas com o objetivo de desenvolver produtos (plantas, animais e microrganismos) transgênicos, "*(...) preocupada com a necessidade de gerar informações sobre a segurança alimentar e ambiental dos diferentes produtos geneticamente modificados, a Embrapa iniciou em 2001/02, projeto de biossegurança de OGM, congregando inicialmente 130 pesquisadores, para gerar dados sobre o impacto desses organismos, em condições brasileiras, e propiciar*

informações importantes para a tomada de decisão dos órgãos reguladores e fiscalizadores (Ministérios da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, da Saúde, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia, inclusive da CTNBio).

*Neste sentido, a Empresa está implantando, com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos -- FINEP, do Ministério da Ciência e Tecnologia, procedimentos para avaliação da segurança ambiental e da saúde alimentar. Assim sendo, além de também gerar tecnologias envolvendo a produção de variedades geneticamente modificadas, consideradas prioritárias, **tratará de compor métodos, protocolos e roteiros para avaliar a biossegurança, ou seja, cuidar da identificação e caracterização dos possíveis efeitos negativos dos organismos transgênicos à saúde humana e ao meio ambiente.*** (grifo nosso).

Ou seja, a Embrapa admite que, não só não foram feitas as pesquisas para avaliação dos impactos dos transgênicos para a saúde e o meio ambiente, como sequer foram elaborados os métodos, protocolos e roteiros para o desenvolvimento de tais avaliações -- ao contrário do que, do alto da sua "autoridade científica", alegam os membros da CTNBio e os defensores dos transgênicos em geral, dizendo que "jamais qualquer produto foi tão exaustivamente estudado no planeta quanto o foram os produtos transgênicos".

Mais adiante, o documento reconhece que "A Embrapa está consciente de que praticamente inexitem pesquisas conclusivas sobre os riscos para a saúde dos consumidores que venham a ingerir alimentos geneticamente modificados, bem como de que não há ainda no País pesquisas conclusivas sobre os riscos decorrentes da liberação de OGMs no meio ambiente, o que deve ser estudado caso a caso. Ao mesmo tempo, existe o risco de que a dominação desta tecnologia por empresas multinacionais possa criar dependência econômica e tecnológica externa.

É imprescindível que se garanta, antes da liberação de um organismo transgênico, seja planta, animal ou microorganismo, a menor probabilidade possível de impacto negativo. Para tanto, é preciso fortalecer a capacidade técnica no setor público, para que as instituições responsáveis possam acompanhar o desenvolvimento tanto experimental como o monitoramento pós-comercial, caso seja liberado o plantio de OGM no País.

O que se busca é dar sustentação ao "Princípio da Precaução", que

consiste em garantir que a liberação de um organismo transgênico não traga efeitos negativos à saúde humana e ao meio ambiente, ou seja, não se libera um organismo para uso generalizado enquanto não se tenha informações que garantam a sua biossegurança. Este Princípio, constante da Convenção Internacional de Diversidade Biológica, ratificada pelo Governo Brasileiro, e do Protocolo de Cartagena, cuja adesão foi submetida recentemente ao Congresso Nacional pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reflete a política do "é melhor prevenir do que remediar", sendo aquelas, muitas vezes, tarefas impossíveis de concretizar."

O documento conclui dizendo que *"Finalmente, embora a Embrapa reconheça o potencial de utilização da técnica da transgenia na obtenção de alimentos e matérias-primas agropecuárias com características desejáveis, está sobretudo engajada aos anseios e preocupações da sociedade brasileira, tratando de contribuir com respostas confiáveis e seguras também em todos os demais temas que dizem respeito à sua missão institucional"*.

Em entrevista ao jornal *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, em 04 de setembro (última quinta-feira), o presidente da Embrapa, Clayton Campanhola, repetiu estas informações, insistindo que a empresa que dirige ainda está elaborando os métodos que permitirão realizar os estudos de impacto ambiental dos produtos transgênicos.

Como dizíamos no início, o Presidente Lula está para decidir em breve o texto final do projeto de lei do governo sobre o tema.

Na tarde do dia 03 de setembro (última quarta-feira), o presidente se reuniu com quase a totalidade do primeiro escalão do governo federal para discutir o assunto -- segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, estavam presentes os ministros da Fazenda, Antônio Palocci; da Casa Civil, José Dirceu; da Saúde, Humberto Costa; do Meio Ambiente, Marina Silva; da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan; da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; do Planejamento, Guido Mantega; e do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto; além do secretário-geral da Presidência, Luiz Dulci; do secretário de Comunicação, Luiz Gushiken; e Álvaro Augusto Ribeiro da Costa, da Advocacia Geral da União (AGU). O ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em viagem à Noruega, foi representado pelo secretário-executivo da pasta, José Amauri Dimarzio.

Segundo relatou a imprensa, mais uma vez o grupo não conseguiu

chegar a um acordo sobre a competência da CTNBio no tocante aos processos de liberação de produtos transgênicos -- o coração da polêmica -- e deixou a questão para ser decidida pelo Presidente Lula (há rumores que isto aconteça até meados da próxima semana, embora nada se possa afirmar com certeza com relação a este prazo).

Considerando toda a prática e o discurso da CTNBio, que se atribui competência científica inquestionável, alegando ter realizado e avaliado todos os estudos necessários para garantir a biossegurança dos produtos que julgou seguros tendo, na verdade, dispensado tais produtos de avaliações rigorosas, esperamos que o presidente Lula assuma uma posição de responsabilidade para com o povo brasileiro.

Os membros desta comissão mentem ao público de forma escandalosa e divulgam “garantias de segurança” que simplesmente não têm como fundamentar. Dar a este grupo o poder de decidir (sim, decidir e não avaliar) se os produtos transgênicos são seguros ou não para então liberá-los sem mais cuidados, seria o mesmo que “colocar a raposa para cuidar do galinheiro”, submetendo a população e o ambiente brasileiros a riscos desnecessários de conseqüências talvez irreversíveis.

PERIGOS BIOLÓGICOS E INCOMPETÊNCIA POLÍTICA

NOVA LEI PARA TRANSGÊNICOS SERÁ RETROCESSO

O Idec vê com extrema preocupação essa iniciativa e considera que pode haver um retrocesso sem precedentes no marco legal dos transgênicos no Brasil, não apenas pela proposta do governo, mas principalmente por modificações no Congresso Nacional, com graves prejuízos para a saúde pública, para o meio ambiente e para os direitos dos consumidores.

Apesar de o candidato Lula ter assumido compromissos claros em relação aos transgênicos em seu programa de governo, o governo federal demonstra agora estar dividido em relação ao tema e dá sinais preocupantes de uma tendência a continuar a política do governo anterior.

Tal postura representa uma extrema permeabilidade aos interesses econômicos em prejuízo da sociedade, o que fica evidente no caso da liberação para o consumo interno da soja transgênica plantada

ilegalmente no Rio Grande do Sul.

Nesse momento, o Idec se preocupa muito com o intenso lobby que as empresas de biotecnologia e grandes indústrias de alimentos farão sobre deputados e senadores para impor a "desregulamentação" dos transgênicos.

Para o Idec, não há a necessidade de uma nova lei. Basta que sejam aplicadas a Lei de Biossegurança, as leis sanitárias e ambientais e o Código de Defesa do Consumidor, instituindo-se, com base nesses instrumentos, uma adequada regulamentação e fiscalização, como reivindica a ação judicial do Idec, que vem proibindo a liberação desses produtos desde 1998.

Monsanto perde novo "round"

IDEC, GREENPEACE E MINISTÉRIO PÚBLICO VENCEM MONSANTO NOVAMENTE, NA JUSTIÇA

A decisão da 5ª Turma do TRF/DF, de 8 de setembro, suspendendo a decisão da Desembargadora Federal Selene de Almeida, que atribuía efeito suspensivo aos recursos da Monsanto e da União contra a proibição dos transgênicos no Brasil, obtida pelo Idec, reforçou a confiança da entidade na coerência do Poder Judiciário. A decisão restabelece os efeitos da sentença proferida pelo Juiz Antonio Prudente em 2000. Ainda acontecerá o julgamento de mérito da ação.

A nova decisão reforça os argumentos apresentados pelo Idec desde 1998, de maneira fundamentada, à sociedade e ao Poder Judiciário. Para o Idec, os transgênicos não podem ser liberados sem que sejam cumpridas as legislações de biossegurança, de proteção ambiental, de defesa do consumidor e de alimentos. Entretanto, setores do Governo Federal e a Monsanto, entre outros, se recusam a cumprir essas regras e agora pretendem, para reverter suas derrotas na Justiça, mudar as regras vigentes junto ao Congresso Nacional.

O presidente Lula está na iminência de enviar ao Congresso um projeto de lei regulando a matéria. Segundo ele, o PL tratará os transgênicos "com base em critérios científicos e não ideológicos".

Para Marilena Lazzarini, coordenadora executiva do Idec, o PL é desnecessário. "O que está faltando é uma regulamentação da ANVISA para a avaliação de riscos à saúde. As duas outras determinações do

poder judiciário – avaliação dos riscos para o meio ambiente e a rotulagem, já estão prontas para serem aplicadas, que são a Resolução CONAMA 305 o e Decreto 4680/03”.

Mais uma vez, o Idec espera que a Lei não seja atropelada pelos poderosos interesses econômicos envolvidos na questão.

Por um Brasil Livre de Transgênicos
Relatório Alfa www.relatorioalfa.com.br
Idec <http://www.idec.org.br>